

A fúria do mar: as ressacas e os impactos socioespaciais na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis/SC

Autoras: Sandra dos Santos¹ (UDESC – Brasil) - sandra.turismo@terra.com.br
Gláucia de Oliveira Assis² (UDESC – Brasil) – galssis@gmail.com

RESUMO

A pesquisa *A fúria do mar: as ressacas e os impactos socioespaciais na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul* pretende identificar e analisar os impactos socioespaciais provocados pelas ressacas ocorridas no ano de 2010, na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul, localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina. O avanço do mar vem ocorrendo na Armação desde o início dos anos 2000, período também em que incidiu um acelerado crescimento populacional na região ocasionando a expansão da malha urbana e, conseqüentemente, alterando a formação socioespacial da localidade. Nesse cenário, o turismo passa a fazer parte da economia e do cotidiano da comunidade. As ressacas que ocorreram em 2010 expressam o ápice de um fenômeno que já vinha ocorrendo e alterando a paisagem. Para atingir os objetivos da pesquisa foi realizada inicialmente, revisão bibliográfica e pesquisa documental para compreender os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais da comunidade, buscando identificar como ocorreu o processo de ocupação territorial, o crescimento populacional e o desenvolvimento das atividades econômicas, a transformação do sul da Ilha em balneário turístico nas décadas de 1990 e 2000 bem como os impactos dessa expansão na ocupação da orla, demonstrando o processo de urbanização da Armação do Pântano do Sul e seus impactos ambientais e sociais. Foram realizadas entrevistas com moradores, pescadores, comerciantes e autoridades.

Palavras-Chave: Impactos socioespaciais; Ressacas; Turismo.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta dados preliminares da pesquisa de mestrado “*A fúria do mar: as ressacas e os impactos socioespaciais na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul*”. Pretende identificar e analisar os impactos provocados pelas ressacas

¹ Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) – Brasil. Bacharel em Turismo.

² Doutora em Ciências Sociais, docente da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) - Brasil e Pesquisadora na área de Antropologia Social.

ocorridas no ano de 2010, na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul, localizada ao sul da Ilha de Santa Catarina.

O bairro da Armação do Pântano do Sul fica localizado ao sul da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis). Em maio de 2010, a praia da Armação foi atingida por uma série de ressacas, que provocaram a transformação de toda sua orla marítima. As fortes ondas provocaram vários estragos: casas levadas pela água, faixa de areia tomada pelo mar, sujeira trazida pela fúria das águas e a dispersão dos cardumes, vem comprometendo, desde então, as atividades econômicas da população local, principalmente a atividade turística. Onde antes havia faixa de areia, hoje se encontra um muro de pedras, construído pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, para impedir que o avanço do mar provoque mais danos na localidade.

Em conversas com moradores da Armação, percebeu-se que o avanço do mar ocorria na localidade há pelo menos uma década, as ressacas que ocorreram em 2010 expressam o ápice de um fenômeno que já vinha ocorrendo e alterando a paisagem desde o início dos anos 2000, período também em que incidiu um acelerado crescimento populacional na região ocasionando a expansão da malha urbana e, conseqüentemente, alterando a formação sócio-espacial da localidade. Nesse cenário, o turismo passa a fazer parte da economia e do cotidiano da comunidade.

HISTÓRICO DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL

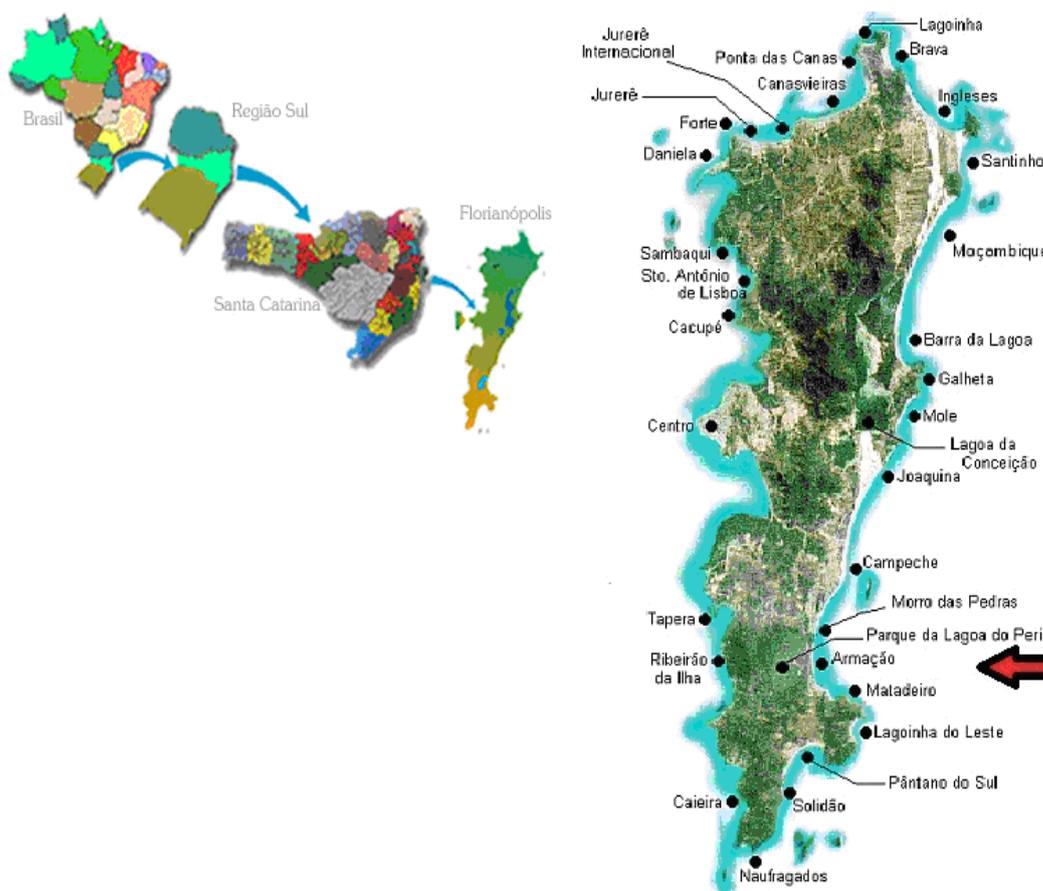
- Contextualização Geográfica do Município de Florianópolis e delimitação do universo de pesquisa

O Município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, localizado ao sul do país, situa-se entre os paralelos 27°10' ao norte e 27°50' ao sul. Fica abaixo do trópico de Capricórnio e dentro da área climática temperada ou subtropical.

Possui duas porções de terra, sendo a maior a parte insular (Ilha) e a menor a continental, separadas por um estreito de aproximadamente 500 metros de largura e formado pelas Baías Norte e Sul. A Ilha possui uma extensão de norte a sul de 54 km, e sua largura máxima é de 18 km (Pereira, 2003). A ligação ilha-continente se dá através de três pontes: Hercílio Luz (atualmente desativada, porém em processo de restauração para reativação), Pedro Ivo Campos e Colombo Salles.

O Universo da pesquisa compreende o bairro da Armação do Pântano do Sul, situado na costa sudeste da Ilha de Santa Catarina, juntamente com a praia do Matadeiro, Morro das Pedras, Campeche e Joaquina. A localidade fica distante 25 km do centro de Florianópolis. Seus limites são: ao norte com o Morro das Pedras, ao sul com a Ponta das Campanhas, a oeste com a Lagoa do Peri e a leste com o oceano atlântico. O objeto da pesquisa é a comunidade da Armação do Pântano do Sul, onde serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com moradores da localidade, procurando compreender, a partir dos saberes e interpretações locais, quais foram os impactos sócio-culturais provocados pelas ressacas ocorridas no ano de 2010.

O bairro da Armação do Pântano do Sul pertence ao distrito do Pântano do Sul e em 2010 segundo dados do Censo, sua população era de 2.837 habitantes. A economia é baseada na pesca e no turismo. Em maio de 2010, a praia da Armação foi atingida por uma série de ressacas, que provocaram a transformação de toda sua orla marítima.



Mapa de identificação: Brasil – Santa Catarina – Florianópolis e por fim destaque da praia da Armação em Florianópolis.

- De Desterro à Florianópolis

A Ilha de Santa Catarina, mais tarde chamada de Porto de Nossa Senhora do Desterro, era uma das principais portas de entrada do Brasil Meridional. Tornou-se um porto de abastecimento e de apoio estratégico para os navegadores que atravessavam o Atlântico Sul em direção a Baía da Prata. É do início do século XVI que datam os primeiros registros do povoamento europeu na Ilha, porém, a localidade já era habitada por povos indígenas guarani que a chamavam de *Meyembipe*, que significa *ilha costeira* na língua guarani.

Estes indígenas, chamados de *Carijós*, pelos europeus que por aqui desembarcaram, foram rapidamente extintos, seja pela presença do homem branco, seja pela fuga continente adentro. É notório na Ilha de Santa Catarina os vestígios desta população indígena que remonta aos períodos pré-históricos, Corrêa (2005).

A partir do ano de 1530, o Tratado de Tordesilhas divide o território entre Maranhão e Santa Catarina, iniciando então a ocupação oficial da costa catarinense, o que fez surgir a criação de diversas vilas, dentre elas a de Nossa Senhora do Desterro em 1662. É neste ano que Francisco Dias Velho, renomado bandeirante paulista e predador de índios partiu de São Paulo com o propósito de povoar a Ilha de Santa Catarina. É incerta e bastante discutida a data de fundação da póvoa, porém, é o historiador Evaldo Pauli que baliza o ano de 1673 como início do povoamento da Ilha de Santa Catarina. Este mesmo autor destaca que “Florianópolis é, antes de tudo, uma cidade de fundação bandeirante” (Pauli, 1991: 27), já que Francisco Dias Velho envia seu filho homônimo para a Ilha no ano de 1673 com mais de cem homens de São Paulo, vindo mais tarde o próprio Francisco Dias Velho (pai) no intuito de reforçar a iniciativa de povoamento. Somente mais tarde, em 1748 é que se estabelece a primeira colônia açoriana às margens da Lagoa da Conceição, e logo depois outra em Santo Antônio de Lisboa e no continente conseqüentemente, Pauli (1991).

Assim, Dias Velho deu início ao povoamento e em 1678 levantou uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro. No ano seguinte retornou à Santos e requereu junto ao governador da capitania de São Vicente as terras nas quais ele havia iniciado o povoamento e construído a primeira igreja. Como forma de reconhecimento pelo serviço prestado à Sua Majestade em povoar as terras requeridas, tudo foi-lhe concedido na forma de sesmaria, Corrêa (2005).

A partir de então, a Ilha de Santa Catarina passou a exercer papel fundamental para a fundação da Colônia do Sacramento. A Ilha era de grande valia para a Coroa Portuguesa, pois se situava a meio caminho entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, as duas maiores cidades litorâneas da América do Sul na época. Sua localização geográfica e suas vantagens físicas justificavam a concepção da Capitania da Ilha de Santa Catarina. Daí resultam as construções das fortalezas de Santa Cruz, Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio e de Nossa Senhora da Conceição.

Com a morte de Dias Velho, a população da Ilha foi diminuindo gradativamente, restando poucos paulistas e europeus que passaram a viver da coleta primitiva. “A política de povoamento apoiada pela capitania de São Vicente não tinha mais o aval das autoridades de São Paulo” (Corrêa, 2005, p. 42).

O século XVIII foi de extrema importância para a Ilha de Santa Catarina conforme relata-nos Corrêa (2005). Após a morte de Dias Velho a população reduziu-se drasticamente, porém a criação de uma capitania real no período seguinte consolidou a pequena organização urbana e firmou-a militarmente com a construção dos fortes e fortalezas, assim como efetivou-se o povoamento com a chegada dos primeiros casais açorianos.

Em 26 de março de 1726 o povoado é elevado à categoria de Vila de Nossa Senhora do Desterro. Campos (2004) destaca que após a elevação da póvoa à condição de vila, passa a ser incentivado o processo de ocupação do território. Assim, no período entre 1748 e 1756 ocorre um grande contingente migratório, trazendo consigo mais de seis mil açorianos para a costa catarinense e principalmente para a Ilha de Santa Catarina. “Essa imigração açoriana deixou conseqüências culturais fortes, evidenciadas na paisagem, nas edificações, nas atividades cotidianas, na alimentação, nos traços físicos e até mesmo no comportamento do povo ilhéu” (Campos, 2004: 89).

No século XIX, Desterro é elevada a categoria de cidade, tornando-se então capital da Província de Santa Catarina. Em 1894 a cidade passa a ser chamada de Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto.

- Ocupação Territorial e Desenvolvimento da Armação do Pântano do Sul

As terras que futuramente formariam a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, começam a receber povoadores, de maneira efetiva a partir de meados do século XVIII, com a imigração açoriana. Nesse processo se destacaram dois núcleos que funcionavam como atrativos de povoadores: o povoado do Ribeirão situado no sudoeste da Ilha de Santa Catarina, e a

Armação de Sant'Ana da Lagoinha, situada na costa sudeste da Ilha (LUZ, 1994:27).

Assim podemos descrever o início do que hoje conhecemos como Armação do Pântano do Sul, ou somente Armação (com passaremos a denominá-la a partir de então), uma tranqüila comunidade de pescadores localizada na costa sudeste da Ilha de Santa Catarina.

A Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão dependia economicamente de atividades primárias, através da agricultura utilizando métodos e técnicas tradicionais de cultivo. Além da agricultura, praticava-se também a pesca artesanal, que, se por um lado não tinha expressividade, por outro, contribuía para o sustento das famílias.

Na produção agrícola da Freguesia destacava-se a farinha de mandioca e o açúcar. (...) culturas como as do trigo e do arroz, perderam expressão ou mesmo foram suprimidas, nos séculos XIX e XX; por outro lado, houve a inclusão de outros produtos como o café, que neste século chegou a suplantiar produtos tradicionais como a farinha de mandioca, levando um lavrador contemporâneo a observar **“a farinha na Ilha, aqui no sul da Ilha, nunca foi muita produção, a maior produção naquele tempo era o café”** (LUZ, 1994:88).

Neste contexto, onde o sustento das famílias dependia quase que exclusivamente da agricultura, a pesca surge como uma alternativa à sustentação.

Luz (1994) aponta para o fato de que conforme avança o século XIX, o número de pescadores aumenta gradativamente. A sazonalidade fez com que em determinados períodos do ano estes “chefes de família” se autodeclarassem ora lavradores, noutra pescadores. Assim, os que moravam próximo ao mar, exploravam tanto uma quanto outra atividade econômica. Logo, com a falência das atividades agrícolas, a pesca passa a assumir um caráter de extrema importância para as economias destas comunidades, principalmente para a Armação do Pântano do Sul, que na atualidade transformou-se em colônia de pescadores, assim como outras comunidades da Ilha.

A Armação pertenceu a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão até 9 de julho de 1772 quando foi fundada por Provisão Régia e denominada de Armação de Sant'Ana da Lagoinha. Nossa Senhora da Lapa destacava-se por ser um importante centro agrícola e por possuir em seu território uma armação de pesca de baleias.

Tanto esta como as Armações de Itapocorói (Penha), São Joaquim de Garopaba e de Imbituba tinham contratos entre Inácio Pedro Quintella e a Coroa Portuguesa, entre os anos de 1765 a 1801. A pesca de baleias desenvolveu-se a princípio pra atender os

interesses mercantilistas da Coroa portuguesa. Baseada na mão-de-obra escrava, sua produção era totalmente voltada para a exportação.

Ellis (1969) em seu estudo sobre *A baleia no Brasil colonial* fez um levantamento histórico da pesca da baleia no país, auxiliando a compreensão desta atividade tanto no Brasil como ao redor do mundo. Para a autora, historicamente a pesca da baleia iniciou na Idade Média com o povo basco. É a partir do século XVI que datam as primeiras informações da extração do óleo de baleia no Brasil, porém de forma bastante rudimentar. Aproveitando o fato das baleias encalharem próximas ao litoral, os moradores destas regiões retiravam-lhes a camada de gordura, a qual após o cozimento chegava-se ao óleo, este por sua vez, era utilizado para os mais diversos fins, iluminação, impermeabilização de navios e barcos, argamassa para construção. Com alto valor no mercado, o óleo de baleia passa a ser densamente explorado.

Ao fim do século XVII a importância econômica da atividade baleeira bem como a construção das armações que aceleravam este comércio passam a ganhar impulso. Porém é no século XVIII que a atividade alcança o seu auge econômico. Depois de “arpoadas” as baleias eram então puxadas para a praia, para os locais então chamados de armação, pois era ali que se “armavam” as estruturas necessárias para a retirada das partes que seriam utilizadas.

No Brasil, estas “armações” iniciaram na Bahia e foram estendendo-se por todo o litoral brasileiro, atingindo até a costa do Rio Grande do Sul e perpassando por Santa Catarina, em pouco mais de um século eram doze ao longo do litoral do país. “Apesar de, atualmente, quase desconhecidas, as armações baleeiras foram, nos primeiros 300 anos, as empresas mais complexas, caras e sofisticadas da economia catarinense” (Caruso & Caruso, 2000:111). Em Santa Catarina existiram seis armações baleeiras, e dentre elas a do complexo da Armação de Sant’Ana de Lagoinha, implantada em 1772 e administrada por Pedro Quintella.

A dissertação de mestrado da historiadora Fabiana Comerlato (1998) nos mostra que a estrutura destas armações de pesca e beneficiamento eram surpreendentes, bem como o volume de recursos dispensados na viabilização destas armações.

A pesca da baleia era basicamente um monopólio da Coroa portuguesa, que por sua vez obtinha lucros através de contratos que eram firmados com pessoas que tivessem capitais e estivessem dispostas a executar a atividade. Com o término do contrato, as benfeitorias que tivessem sido realizadas por conta da pesca da baleia passariam a pertencer à Coroa. Assim os reais lucros com a captura da(s) baleia(s)

pertenciam à Coroa e ao contratante, os habitantes destas comunidades não obtinham nenhum tipo de lucro com este comércio.

No fim do século XVIII a Coroa Portuguesa finda o sistema de arrendamento do monopólio da pesca de baleias, e no ano de 1801 com o término do contrato com Inácio Pedro Quintella passou a administração das armações baleeiras catarinenses para a Provedoria da Fazenda, até o ano de 1816, quando particulares novamente assumiram a administração. Antes que o contrato terminasse novamente, estes novos contratantes alegaram prejuízos e novamente passaram as armações para o governo, em 1826, passando-as agora para a Intendência da Marinha de Santa Catarina. Mais tarde as Armações da Piedade e da Lagoinha de Sant'Ana foram destinadas aos serviços da nação. Em 1829 colonos alemães instalaram-se na Armação da Lagoinha, sendo mais tarde assentados em São Pedro de Alcântara.

Caruso & Caruso (2000) salientam que como consequência da má administração as pescas foram diminuindo, sendo que no ano de 1813 matou-se 34 baleias em todas as seis armações do litoral catarinense, em comparação às mais de 400 dos tempos áureos. Assim, quando a pesca foi estatizada já estava completamente arruinada, bem como os trabalhadores escravos dispersos.

Com o fim da captura das baleias, percebe-se que cresce historicamente a pesca artesanal, uma vez que a sazonalidade na agricultura obrigava a população a encontrar outros meios de subsistência.

- Urbanização da Armação do Pântano do Sul

A partir de uma análise de foto interpretação da praia da Armação do Pântano do Sul Castilhos (1995) verificou que em 1938 a área era agrícola e pesqueira, já ao analisar a imagem do ano de 1957 constata a degradação de ampla área de cobertura vegetal, demonstrando o início da urbanização. Por volta do ano de 1978 a localidade deixa de ser agrícola e passa a ter um maior desenvolvimento no balneário, culminando no avanço das construções sobre a duna frontal, ao longo de aproximadamente 500 metros desde a ponta das Campanhas, Tavares (2003).

Ao analisarmos o Censo das três últimas décadas percebemos que houve um incremento populacional na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul, da mesma forma que aumentou o contingente populacional do município de Florianópolis.

Tabela: População residente na Armação do Pântano do Sul e no Município de Florianópolis segundo dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010.

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE NA ARMAÇÃO DO PÂNTANO DO SUL	POPULAÇÃO RESIDENTE NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
1991	1.585	252.798
2000	2.247	342.315
2010	2.837	421.240

Fonte: IBGE, 1991, 2000 e 2010 (Censo).

Da mesma forma que aconteceu em todo o país, o litoral catarinense foi o primeiro a ser povoado. Pereira (2003) destaca que esse fluxo migratório, povoador, foi seguindo toda a orla marinha até o extremo sul, por migrações sucessivas, de pequenos grupos familiares.

Há décadas o movimento de milhões de pessoas na sociedade brasileira tem caracterizado alterações espaciais. Brito & Carvalho (2006) salientam que são poucos os brasileiros que nunca migraram, para os autores “migrar faz parte da cultura brasileira, está incluído, como possibilidade, no projeto de vida de cada cidadão” (Brito & Carvalho, 2006:441). No Brasil, é a partir da década de cinquenta que ocorre um significativo aumento no volume das migrações, dentro e fora dos estados. Esse processo de reestruturação segundo Baeninger (1998) tem contribuído para a configuração de espaços urbanos, e tais espaços têm apresentado transformações significativas tanto em termos econômicos, como em políticos e sociais. Para a autora:

Esse novo cenário traz novos contornos às cidades [...]. O surgimento de rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, constitui um elemento fundamental no fortalecimento de economias regionais na busca de feições próprias e atuais. No caso brasileiro [...] os impactos territoriais dos processos de desconcentração econômica e populacional, iniciado na década de 70, tomaram maior impulso nesse novo panorama, consolidando a presença de regiões fortes e o desenvolvimento de pólos regionais (Baeninger, 1998:729).

Em Santa Catarina esse processo de mobilidade demográfica passou a ocorrer com maior dinamismo na década de 1970 e foi intenso até a década de 1990, o que provocou profundos impactos na distribuição do conjunto da população, levando muitos autores a afirmarem que “em Santa Catarina, estaria ocorrendo uma ‘litoralização’ da população, ou seja, a população estaria se concentrando cada vez mais nas áreas costeiras do litoral do estado” (Miotto et al, 2010: 284). De fato, a ocupação

desordenada nas áreas urbanas e litorâneas é uma característica inerente a toda a sociedade brasileira. Desde o início da colonização européia, o litoral brasileiro foi o primeiro a ser ocupado, resultando na fundação dos primeiros povoados. Referente à ocupação urbana das áreas litorâneas do país, Fernandes (2004) salienta que embora a política nacional de gerenciamento costeiro tenha completado mais de quinze anos, ela ainda não apontou soluções para problemas graves e com conseqüências permanentes, como a ocupação urbana da costa litorânea brasileira. Essa situação vem preocupando ambientalistas, pesquisadores e comunidades que residem em áreas litorâneas.

O grau de urbanização em Santa Catarina que era de 42,98% na década de 1970 passou para 78,72% nos anos 2000, evidenciando a diminuição da população rural, influenciadas fortemente pelo processo de industrialização. No estado os aglomerados urbanos mais significativos são os de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Itajaí, que estão envoltas em municípios periféricos dependentes de suas dinâmicas, cabendo aqui destacar que o Estado apresenta outras dinâmicas migratórias que merecem atenção, como as migrações pendulares, sazonais e de curta distância, Miotto et al (2010).

Cecca (1997) também ressalta que foi com o crescimento do setor público e suas necessidades que o comércio tornou-se a principal atividade econômica de Florianópolis, intensificando-se principalmente a partir da segunda metade do século XX. Neste período ocorre uma intensificação tanto do fluxo migratório para a cidade como a realização de grandes obras de infraestrutura: construção da BR 101 ligando o litoral ao interior (pela BR 470), pavimentação de diversas rodovias estaduais e ampliação dos serviços de transportes, aterro da Baía Sul, construção de avenidas, construção da Avenida Beira Mar Norte e da ponte Colombo Salles. Neste processo inflado pela injeção de recursos estaduais e federais, Florianópolis compartilhou com o restante do país o mesmo processo de crescimento acelerado pelos fluxos migratórios, principalmente a partir da década de 1970, passando a alterar significativamente sua configuração urbana espacial.

As conseqüências deste acelerado crescimento urbano foram imediatas e devastadoras. Nas décadas de expressivo desenvolvimento urbano, a busca pela ocupação das praias pelos turistas fez com que estradas e loteamentos começassem a surgir transformando as tradicionais comunidades agrícola-pesqueiras em balneários.

Assim, este fluxo migratório de Florianópolis e a condição de capital turística serviram de contribuição para o adensamento local. “No espaço urbano, a vinda de novos moradores imprimiu um novo ritmo na urbanização com mudanças no cenário da

cidade” Fantin (2000:38). A autora destaca ainda que a cidade passa agora a ter outros donos, não pertencendo somente àqueles que aqui nasceram, e que esta chegada dos “estranhos” não foi bem recebida pelos “nativos da ilha”. A partir da década de 1980, quando a cidade se depara com o “*boom turístico*”, e experimentando o grande fluxo de turistas, fazendo com ocorram inflação, filas e congestionamentos, percebeu-se a falta de infraestrutura (por parte do poder local e das comunidades) para receber a quantidade exorbitante de turistas que desembarcavam anualmente em Florianópolis, assim “revelou-se um grande dilema: era preciso escolher qual o turismo, quais os destinatários preferenciais e discutir seus reflexos na cidade” Fantin (2000:74).

O adensamento dos fluxos turísticos promoveu o surgimento e a consolidação de um aparato receptivo e deu a Santa Catarina uma posição de destaque no âmbito do turismo brasileiro. Os locais mais procurados tendem a repetir o mesmo “modelo” turístico caracterizado por um intenso processo de urbanização e por grandes impactos sócio-ambientais (PEREIRA, 2003:118).

Assim, é a partir das décadas de 1970 e 1980 que o turismo entra na pauta dos planos governamentais, que passam a vislumbrar o potencial turístico do estado, dando início à exploração desta atividade e garantindo a implantação da infraestrutura local necessária para o desenvolvimento da mesma.

A consolidação do turismo na capital catarinense intensifica-se a partir da década de 1980. A classe empresarial do setor turístico passa a pressionar o poder público a transformar a atividade turística em “alternativa preferencial de desenvolvimento econômico para ao espaço local” (Cecca, 1997:214).

- Do desenvolvimento da atividade turística

As atividades ligadas ao desenvolvimento do turismo tiveram maior impulso em Florianópolis a partir da década de 1980. A construção de infraestrutura necessária para o incremento da mesma (construção da BR 101 ligando o interior ao litoral, construção do aeroporto Hercílio Luz, bem como as rodovias estaduais) fez com que a Ilha passasse a fazer parte do destino de férias de muitos estrangeiros. Tudo isto, aliado aos planos governamentais para o desenvolvimento do turismo no estado, impulsionaram profundas transformações socioespaciais no município de Florianópolis. Comunidades até então pesqueiro-artesanais passam a explorar economicamente a atividade turística, tornando desta por vezes sua principal fonte de renda.

Os reflexos desta atividade turística passam a ser percebidos no aumento populacional em todas as regiões de Florianópolis e cidades em torno nas próximas duas décadas (1980 aos primeiros anos de 2000). Como consequência deste contingente populacional acelerado surgem diversos problemas envolvendo questões como saúde, saneamento básico, transporte, segurança, dentre outros.

Por outro lado, o turismo é uma atividade que está em intenso crescimento nos últimos anos, e como toda atividade, gera seus impactos sobre a comunidade, em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e na esfera ambiental e este crescimento acentuado nas últimas décadas tem determinado uma relação de interdependência entre os aspectos sociais e econômicos das localidades receptoras.

Krippendorf (2000) afirma que a importância econômica do turismo não pode ser contestada no que se refere a geração de empregos e renda, já que a atividade ocupa em torno de 10 milhões de pessoas em todo o mundo, e que vários outros milhões vivem de forma indireta deste setor. Talvez este seja o aspecto que melhor justifique o porquê do desenvolvimento da atividade no mundo.

O retorno econômico da atividade em moedas estrangeiras faz com que muitos países busquem na atividade a salvação para suas economias debilitadas. Cooper (2001) explica que o impacto econômico da atividade turística nas localidades receptoras geralmente é positivo, mas que também traz aspectos negativos.

Lage (2001) salienta que em qualquer lugar que houver a atividade turística, ocorrerá uma série de impactos econômicos que tanto podem ser positivos como negativos, e que podem ser classificados em impactos diretos, indiretos e induzidos. Os diretos derivam da renda gerada pelos setores turísticos, que são os resultados da variação dos gastos com estes produtos. Os indiretos são decorrentes da renda dos gastos com o setor em bens e serviços ofertados na economia e os induzidos, são decorrentes da renda resultante dos impactos diretos e indiretos e que aumentam toda a economia.

Destaca-se ainda o fato de que os impactos sobre a *cultura* e as paisagens dos locais visitados passaram a ganhar destaque e estudos científicos, Ruschmann (1997).

Lago (1996:65-66) defende que:

Com relação à cultura tradicional das populações que habitam originariamente as regiões onde se desenvolve o turismo, a complexidade do problema se avoluma. A questão envolve outros aspectos, extravasando o da simples preservação de um recurso não-renovável, no interesse da continuidade da própria atividade econômica. Dizer que os usos, hábitos, costumes, rituais, artefatos, valores culturais, enfim, devam ser preservados

como recursos turísticos, é argumento que só pode ser elaborado por interlocutores com visão apenas economicista e desenvolvimentista dos processos sociais. O problema transcende o fato econômico e tem dimensões éticas, filosóficas, sociais, psíquicas, jurídicas, etc. O direito à sobrevivência cultural é objeto nuclear e formador da própria antropologia. É tão fundamental como o direito à vida, à sobrevivência individual e das espécies. É estranho que ele precise ser afirmado, demonstrado, ou possa ser questionado.

É inegável o fato de que as ressacas ocorridas na praia da Armação do Pântano do Sul provocaram transformações na sociedade e na cultura/modos de vida da população local, porém, a dimensão espacial também tem papel de destaque “já que ela não é apenas palco das diversas mudanças, mas interfere nelas através de seus aspectos naturais, históricos e organizacionais, Miotto et al (2010).

Para compreender essa dinâmica espacial e conseqüentemente as relações que ocorrem neste espaço, precisamos compreender a categoria *formação sócio-espacial* a partir de Milton Santos. Para o autor a Geografia interessou-se mais pela forma das coisas do que por sua formação, ou seja, do que já estava cristalizado, pronto. Defendia ainda que esta era uma imagem invertida que impedia de perceber a realidade. Assim, era preciso compreender e analisar as formas não como um elemento estático da paisagem, mas um produto espacial resultado de fatores econômicos e sociais. Questionava-se se era possível tratar de Formação Econômica e Social sem incluir nesta a categoria espaço.

O autor defendia que a História não pode ser escrita fora do espaço, que o espaço em si é social. Destacou ainda que “os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (Santos, 1982:15). Sociedade e espaço são elementos indissociáveis, assim, para estudar o espaço é preciso também analisar a sociedade. Para ele, o espaço era uma instância da sociedade.

Assim, compreendemos que o estudo dos impactos socioespaciais ocasionados pelas ressacas ocorridas no ano de 2010 na Armação do Pântano do Sul, e que perpassam pelo processo de ocupação, de desenvolvimento, de urbanização, de desenvolvimento do turismo e de alteração de seu modo de vida estão intimamente ligação à concepção de formação sócio-espacial, pois conforme compreendemos as idéias do autor, percebemos que as relações e o desenvolvimento desta comunidade se desenvolvem no espaço, onde se escreve e reescreve a história a cada dia.

- Do transporte para a Ilha do Campeche

“O frete proporciona dinheiro seguro, tem que ganhar no verão para comer no resto do ano”, assim se manifesta um pescador descrevendo a importância do frete à Ilha do Campeche. Todos os pescadores artesanais da Armação realizam o transporte de pessoas para a Ilha do Campeche a fim de obter dinheiro para se manterem durante o ano. Os pescadores cadastrados na Associação recebem cerca de R\$ 2000,00 durante os meses de verão. *“... é o dinheiro que temos para passar o ano...”*, diz um pescador (TAVARES, 2003:64).

Há vários anos é realizado o transporte de turistas para a Ilha do Campeche via Armação do Pântano do Sul. Este transporte para a Ilha acontece ainda via Rio Vermelho e na própria praia do Campeche, porém, esta por sua vez, devido as correntes marinhas, muitas vezes não consegue efetivar o deslocamento dos turistas. Logo o transporte via Armação é o mais bem estruturado e utilizado pelos turistas.

Assim, a Associação de Pescadores da Armação do Pântano do Sul (APAAPS) organiza o transporte para a Ilha durante todo o verão, sendo esta uma fonte de renda alternativa aos pescadores da localidade. As embarcações até então somente utilizadas para pesca, passam agora a ter outra finalidade.

Tavares (2003) ressalta em sua pesquisa que a APAAPS, o IPHAN e a Associação Couto de Magalhães possuem um acordo verbal para a visitação à Ilha. A responsabilidade do IPHAN seria de zelar pelo patrimônio, ordenar a visitação e destinar guias para o acompanhamento. Já a Associação Couto de Magalhães deveria ceder o trapiche para embarque e desembarque de passageiros na Ilha das Campanhas (localizada na praia da Armação) e a APAAPS realizaria o transporte. Porém, percebeu-se atrito entre as partes envolvidas, não sendo então cumprido o acordo pré-estabelecido.

- As ressacas na Armação do Pântano do Sul

Em maio de 2010, a praia da Armação foi atingida por uma série de ressacas, que provocaram a transformação de toda sua orla marítima. As fortes ondas provocaram vários estragos: casas levadas pela água, faixa de areia tomada pelo mar, sujeira trazida pela fúria das águas e a dispersão dos cardumes, vem comprometendo, desde então, as atividades econômicas da população local, principalmente a atividade turística. Onde antes havia faixa de areia, hoje se encontra um muro de pedras, construído pela

Prefeitura Municipal de Florianópolis, para impedir que o avanço do mar provoque mais danos no ecossistema e na comunidade local.

Os especialistas não chegaram a um consenso sobre o motivo da ressaca que assolou a praia da Armação do Pântano Sul. Para a Defesa Civil do Estado de Santa Catarina³ o que aconteceu foram ressacas pontuais, naturais, que ocorreram devido a uma grande incidência de correntes de vento do Oceano Atlântico, provocando uma maior erosão do lado sul da ilha, acarretando na movimentação das dunas na praia do Campeche, que também sofreu os efeitos da ressaca.

Já para o geólogo Rodrigo Del Omo Sato⁴ da diretoria do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), a construção e o fechamento completo de um molhe na praia foi o principal causador da violenta fúria do mar.

Referente à construção do muro de pedras, com 1.750 metros de extensão, João Luiz Baptista de Carvalho⁵ diretor do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), afirma que a colocação de pedras na praia poderá agravar a erosão marinha. Para ele "o problema pode se intensificar nas próximas ocorrências de ressaca. A princípio, a obra protege as casas afetadas em um curtíssimo prazo. A água irá encontrar a barreira de pedras e continuará erodindo com ainda mais força a parte inferior deste muro".

Consideramos que é preciso mais do que um muro de pedras na praia da Armação. É preciso apontar as causas do problema com base em estudos científicos, além de compreender os impactos sócio-espaciais provocados pelas ressacas na comunidade local.

METODOLOGIA

No intuito de atingir os objetivos desta pesquisa que é o de analisar as transformações socioespaciais ocorridas após as ressacas de 2010 na comunidade praiana da Armação do Pântano do Sul, em Florianópolis/SC, adotou-se os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica e pesquisa documental para compreender os

³ Dados extraídos do jornal DIÁRIO CATARINENSE. Ressaca em Florianópolis foi pontual. Disponível em <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/>. Acesso em 10 de setembro de 2010.

⁴ Entrevista concedida a Fabrício EscandiuZZi, cujos dados foram extraídos de : Especialistas: muro de pedras pode agravar destruição em SC. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/>. Acesso em 06 de jun. 2010.

⁵ Idem.

aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais da comunidade, buscando identificar como ocorreu o processo de ocupação territorial, o crescimento populacional e o desenvolvimento das atividades econômicas, a transformação do sul da Ilha em balneário turístico na década de 1990 e 2000 bem como os impactos dessa expansão na ocupação da orla, demonstrando o processo de urbanização da Armação do Pântano do Sul e seus impactos ambientais.

Partiu-se do modelo antropológico de pesquisa, que conforme Lago (1996:19) “vai além da observação das instituições e práticas dos agentes sociais. Como observação participante, leva o pesquisador a se deter na escuta da voz do outro, procurando penetrar no mundo de suas representações, no seu universo simbólico”.

Tendo em vista a problemática e os objetivos levantados, fez-se uso da abordagem qualitativa de pesquisa, porque esta possibilita, segundo Lüdke e André (1986), o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo observada. Esse procedimento possibilita o contato estreito com o campo de pesquisa, permitindo ao pesquisador focar a realidade de forma complexa e contextualizada.

Outra justificativa para a utilização da pesquisa qualitativa refere-se ao caráter predominantemente descritivo dos dados, obtidos através de relatos de pessoas, situações, acontecimentos, depoimentos e extratos de vários tipos de documentos. Desse modo, ao dispor de maior quantidade de elementos para estudo, a pesquisadora poderá “capturar o ponto de vista dos participantes”, compreendendo os fatores internos e subjetivos geralmente inacessíveis ao observador externo.

Outro instrumento de pesquisa utilizado para conhecer a realidade vivenciada pela comunidade em relação aos impactos das ressacas, diz respeito às entrevistas que foram realizadas com os sujeitos da pesquisa, neste caso, os pescadores, moradores e comerciantes da Armação do Pântano do Sul. Para Haguette (1987:75) as entrevistas são “como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

- Reflexões sobre os resultados preliminares da pesquisa de campo

Dados preliminares (entrevistas com moradores e turistas) apontam para algumas conclusões, percebeu-se nestas conversas que não somente a paisagem foi alterada com as ressacas, mas a vida local e a economia. A comunidade pesqueira vem sofrendo os impactos das ressacas devido o banco de areia formado por ela, dificultando e comprometendo a pesca.

A praia – principal atrativo turístico – teve sua paisagem completamente alterada e conseqüentemente a atividade turística sofre os efeitos desta transformação, já que não recebe mais o contingente de turistas que antes freqüentavam a localidade e que a tornaram outrora um “badalado balneário”.

Os comerciantes amargam com a falta de clientes (turistas), e por sua vez vem buscando outras alternativas de sobrevivência, um dos casos que podemos citar é o de uma pousada da praia que conforme relato de sua proprietária, antes tinha ocupação predominantemente de turistas nas temporadas de verão, e que agora aluga os quartos por mês, transformando a pousada em pensão. Segundo a proprietária esta foi a única alternativa encontrada para conseguir sobreviver na localidade.

É fato que as transformações na orla da praia da Armação do Pântano do Sul vem acontecendo a mais de uma década, as ressacas que assolaram a comunidade no outono de 2010 expressam o ápice de um evento que já acontecia há vários anos (período também em que incidiu um acelerado crescimento populacional na região ocasionando a expansão da malha urbana e, conseqüentemente, alterando a formação socioespacial da localidade), podemos constatar isso não somente nas conversas com os moradores que inclusive mostravam a distância que as casas ficavam da praia e como o mar foi avançando, como também constatamos diversos estudos relatando as ressacas e as áreas de risco no litoral catarinense e principalmente na Armação. Estes estudos, Simó & Horn Filho (2004), Castilhos (1995), Pereira (2010), Melo Filho et al (2006) vem comprovar que esta atividade erosiva vem se intensificando a cada ano.

Para Castilhos (1995) em todo o litoral catarinense podem ser observados casos de erosão das praias, e que muitas vezes isso decorre por conta do desenvolvimento acelerado destas regiões, principalmente por conta do turismo balneário.

Uma possível elevação contemporânea do nível do mar, aspectos relacionados à orientação do arco praial e à atuação de correntes costeiras, bem como impactos da ocupação e características dos sedimentos praias, são

alguns dos fatores passíveis de explicar os processos erosivos observados na área de estudo (CASTILHOS, 1995:72)

Na pesquisa de campo realizada no feriado de Carnaval do ano de 2012 (17 à 21 de fevereiro) conversamos com diversos turistas que expressaram descontentamento e tristeza em relação a atual situação da praia. Muitos destes turistas conhecem e freqüentam a praia da Armação há mais de duas décadas, e relataram que era uma das mais belas praias da Ilha de Santa Catarina, tanto por sua beleza natural, como por ser uma praia calma, principalmente para famílias com crianças.

Tanto turistas como a comunidade local reclamou da falta de infraestrutura de lazer, que antes das ressacas já faziam falta, agora (que a praia praticamente não existe mais) mais ainda. Sugeriram que seja feito em cima do atual muro de pedras uma pista para caminhadas e ciclovia, pois da forma que está, fica difícil até mesmo para caminhar. A comunidade espera que o poder público realize alguma melhoria na localidade, mas ao mesmo tempo mostram-se sem expectativa de que isso aconteça.

No período do feriado de carnaval, observamos que havia uma estrutura montada em frente à Igreja para a realização de shows noturnos (promovido pelo poder público municipal), o que nos períodos noturnos atraía a população para o entorno.

Quanto ao comércio percebemos que muitos estabelecimentos (restaurantes) fecharam, e os poucos que insistem em permanecerem abertos, comemoraram o feriado, já que segundo eles foi o melhor período de temporada desde a ocorrência das ressacas em 2010. No período compreendido entre Natal e Ano Novo (2011-2012) a movimentação de turistas foi fraca, já no Carnaval ouve um aumento de turistas na localidade, o que fez movimentar a economia local, satisfazendo comerciantes e pescadores, que por sua vez realizam o transporte de pessoas para a Ilha do Campeche, sendo esta uma importante fonte de renda para a comunidade pesqueira local.

Em uma análise preliminar dos dados, percebemos que tanto o avanço do mar quanto a diminuição do número de turistas vem acontecendo a alguns anos na praia da Armação. A comunidade vem tentando explorar economicamente o que ainda consegue da atividade, e na baixa temporada buscam por outras atividades remuneradas. No caso dos pescadores, o transporte de passageiros para a Ilha do Campeche mostra-se ainda como uma importante alternativa de renda. Já os proprietários de pousadas encontraram no aluguel mensal uma forma de não fechar as portas dos estabelecimentos, e continuar sobrevivendo na praia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, PP, 729-772. Caxambu, 19 a 22/10/1998.

BRITO, Fausto; CARVALHO, José Alberto Magno de. **As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes**. Parcerias Estratégicas (Brasília), v. 22, p. 441-455, 2006.

CAMPOS, Edson Telê. **Gestão territorial urbana no município de Florianópolis: uma abordagem sobre a expansão imobiliária e seus impactos ambientais**. Dissertação de Mestrado – Administração/UFSC. Florianópolis, 2004.

CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C. **Índios, baleeiros e imigrantes: a aventura histórica catarinense**. Tubarão: Editora Unisul, 2000.

CASTILHOS, Janete Abreu de. **Estudo evolutivo, sedimentológico e morfodinâmico da Planície Costeira e Praia da Armação: Ilha de Santa Catarina, SC**. Dissertação de Mestrado – Geografia/UFSC. Florianópolis, 1995.

CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1997.

COMERLATO, Fabiana. **Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica**. Dissertação de Mestrado – História/PUCRS. Porto Alegre, 1998.

COOPER, Chris et al. **Turismo, princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis – Ilustrada**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

ELLIS, Myriam. **A baleia no Brasil colonial**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1969.

FANTIN, Márcia. **Cidade Dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERNANDES, Jane. **Ocupação Desordenada da Costa Preocupa Ambientalistas**. 2004. Disponível em: <<http://www.concepto.com.br/eclipping/eclipping/?c=632&n=7919>> Acesso em: 1 de dezembro de 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. SP: EPU, 1986.

LUZ, Sérgio Ribeiro da. **Nossa Senhora do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930**. Dissertação de Mestrado – História/UFSC. Florianópolis, 1994.

MELO FILHO, Eloi; HAMMES, Guilherme R & FRANCO, Davide. **Estudo de caso: a ressaca de agosto de 2005 em Santa Catarina**. 2º Seminário e Workshop em Engenharia Oceânica, FURG, Rio Grande do Sul, novembro 2006.

MIOTTO, Beatriz Tamasso; LINS, Hoyêdo Nunes & MATTEL, Lauro. “A realidade demográfica de Santa Catarina na virada do século XXI” in: LINS, Hoyêdo Nunes & MATTEL, Lauro. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

PAULI, Evaldo. “Os primeiros povoadores” in: MELO, Osvaldo Ferreira de. **História Sócio-Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Clube Doze de Agosto: I.H.G.S.C.: Lunardelli, 1991.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes**. Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, pp. 99-129, jan./jun. 2003.

PEREIRA, Eduardo Paulo Pires. **Praia da Armação: uma análise das causas e efeitos dos danos provocados em maio de 2010**. TCC, Geografia/UDESC, 2010.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982. Pp.9-27.

SIMÓ, D. H., HORN FILHO, N. O. **Caracterização e distribuição espacial das “ressacas” e áreas de risco na Ilha de Santa Catarina, Brasil**. Gravel, Porto Alegre, v. 2, pp. 93-103, out. 2004.

TAVARES, Lorena Janczak. **A comunidade pesqueira da praia da Armação do Pântano do Sul, Florianópolis – SC**. Monografia de Especialização – Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável/UDESC. Florianópolis, 2003.